



VILAREALSTºANTONIO

ATA Nº. 14/2015

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal  
de Vila Real de Santo António, realizada no dia  
26 DE MAIO DE 2015.

Aos vinte e seis dias do mês de maio de 2015, em Vila Nova de Cacela, no edifício sede da Freguesia de Vila Nova de Cacela, encontrando-se presente a Excelentíssima Sra. Vice-presidente, **Maria da Conceição Cipriano Cabrita**, por ausência do Sr. Presidente, comigo, **Francisco José Leiria Sabino**, Chefe da Divisão de Atividades Económicas, compareceram, pelas 09.10 horas, os Srs. Vereadores **João Filipe de Brito Sol Pereira**, **João Manuel Lopes Rodrigues**, **Ana Paula Véstia Guerreiro Mendonça**, **David Matias Murta**, **Luís Miguel Cristo Salvador Salas** e **José Estevão Correia da Cruz**, a fim de se realizar a reunião ordinária a que se refere o artigo 40.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

**ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, a Sra. Vice-presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;
- PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MANDATO DO SR. VEREADOR LUÍS MIGUEL CRISTO SALVADOR SALAS;
- PROPOSTA PARA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA E CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA O PROVIMENTO DE UM LUGAR DE CHEFIA INTERMÉDIA DE 2.º GRAU: CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA;
- EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA - RUA 25 DE ABRIL, N.º 8, EM MONTE GORDO - MARIA DA ENCARNÇÃO BOTEQUILHA;

2  
A

- PEDIDO DE DOAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO PARA DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL - QUINTA MANUEL ALVES EM VILA NOVA DE CACELA - RENATO EDUARDO FIGUEIRA E MARIA ROSA MATIAS CORVO FIGUEIRA;
- ATRIBUIÇÃO DE NUMERAÇÃO POLICIAL NAS FREGUESIAS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E DE VILA NOVA DE CACELA;
- PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO MARIA AUGUSTA DA ENCARNAÇÃO LEAL;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

FALTA: - Verificou-se a ausência do Sr. Presidente, Luís Filipe Soromenho Gomes, por se encontrar numa reunião, face ao que a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificada a respetiva falta.

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia de ontem, apresentando um saldo de 4.047.925,10 € (quatro milhões, quarenta e sete mil novecentos e vinte e cinco euros e dez cêntimos).

3  
L  
A

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Sr. Vereador José Cruz referiu que continua a haver mau cheiro no cruzamento da Rua de Angola com a Avenida da República, não se tendo verificado qualquer melhoria com a realização da empreitada de saneamento.

A Sra. Vice-presidente disse que a obra ainda não está terminada, pelo que o problema ainda será resolvido.

O Sr. Vereador José Cruz alertou para não se deixar concluir a empreitada sem que o problema fique resolvido.

DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:

PEDIDO DE SUSPENSÃO DE MANDATO DO SR. VEREADOR LUÍS MIGUEL CRISTO SALVADOR SALAS.

O Sr. Vereador Luís Salas disse que, por motivos profissionais, vai estar ausente do País, por um tempo prolongado, daí ter apresentado a proposta de suspensão do mandato. Aproveitou para desejar um bom trabalho a todos e solicitou um esforço ao Executivo para melhorar a atual situação financeira da Câmara Municipal.

Todos os presentes na reunião desejaram felicidades nas suas novas funções ao Sr. Vereador Luís Salvador Salas.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o pedido de suspensão de mandato do Sr. Vereador Luís Miguel Cristo Salvador Salas, no período de 1 de junho a 31 de dezembro de 2015, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

- Para os devidos efeitos, consigno que o Sr. Vereador Luís Salas não fez parte da votação.

5  
—  
K  
H

PROPOSTA PARA AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA E CONSTITUIÇÃO DO JÚRI DO PROCEDIMENTO CONCURSAL PARA O PROVIMENTO DE 1 LUGAR DE CHEFIA INTERMÉDIA DE 2.º GRAU: CHEFE DE DIVISÃO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta, Luís Salas e José Cruz, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria Conceição Cabrita, no sentido de ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto do n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a proposta para a abertura do procedimento concursal e a constituição do júri de recrutamento do procedimento para o provimento de um lugar de chefia intermédia de 2.º grau: Chefe de Divisão de Gestão Administrativa e Financeira, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

EXERCÍCIO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA - RUA 25 DE ABRIL, N.º 8, EM MONTE GORDO - MARIA DA ENCARNÇÃO BOTEQUILHA.

O Sr. Vereador José Cruz referiu que este tipo de pedido já não é muito frequente mas é estranho. Disse que a posse plena foi dada em 2013 e dois anos depois o requerente pede para vender a habitação por um valor muito acima do valor adquirido. Mencionou que se verifica uma mais-valia muito grande em apenas dois anos, pelo que alguém vai fazer negócio com a permuta, daí ter sugerido que se a Câmara Municipal permite negócios imobiliários, então deve ser ressarcida financeiramente pelo promotor.



A Sra. Vereadora Ana Paula explicou que se trata de uma casa que não tem condições de habitação e são muitos herdeiros, pelo que se considerou que o melhor seria os herdeiros colocarem a habitação à venda.

O Sr. Vereador David Murta disse que não percebia como é que uma habitação, supostamente para fins sociais, para a qual foi elaborada escritura pública pelo valor simbólico de duzentos e sessenta e três euros e catorze cêntimos (263,14 €), avaliada em cinquenta mil novecentos e oitenta euros (50.980,00 €), em menos de um ano, possa ser vendida por um valor de permuta de cento e dois mil euros (102.000,00 €). Referiu também que a Câmara Municipal não devia promover este tipo de atividades imobiliárias e que juridicamente se devia estudar a possibilidade do promotor pagar à Câmara Municipal a diferença das mais-valias.

O Sr. Vereador José Cruz reforçou a indicação de que a Câmara Municipal já cobrou a autorização do uso do solo e mencionou que a CDU considera que a Câmara Municipal devia exercer o direito de preferência. Disse ainda que compreende as razões da venda mas a Câmara Municipal não deve permitir estes negócios, também para servir de exemplo para situações futuras. Aludiu que deve ficar registado que quem vende uma casa de habitação social não deve pedir no futuro uma nova casa.

O Sr. Vereador David Murta insistiu com a importância do benefício das mais-valias e mencionou que o promotor devia pagar à Câmara Municipal os benefícios pela compensação que vai obter.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta, Luís Salas e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido da Câmara Municipal não exercer o direito de preferência na permuta do prédio, sito na Rua 25 de Abril, número oito, na Freguesia de Monte Gordo e Concelho de Vila Real de Santo António, descrito na Conservatória do Registo Predial de Vila Real de Santo António sob o número 1943/20081114, e autorizar o levantamento do ónus de inalienabilidade, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

B

PEDIDO DE DOAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO PARA DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL -  
QUINTA MANUEL ALVES EM VILA NOVA DE CACELA - RENATO EDUARDO FIGUEIRA E  
MARIA ROSA MATIAS CORVO FIGUEIRA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aceite a doação da parcela de terreno com a área de 51 m<sup>2</sup>, sita no Monte da Pita, Manta Rota, freguesia de Vila Nova de Cacela, concelho de Vila Real de Santo António, a desanexar do prédio descrito na C.R.P. com o n.º 518/19871028, inscrito na matriz com o artigo número 135 secção AD, para integrar o Domínio Público Municipal para passeio/alargamento da via pública, ao abrigo do disposto na alínea j) do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com fundamento no teor da informação da DUEP – Divisão de Urbanismo e Espaço Público, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

ATRIBUIÇÃO DE NUMERAÇÃO POLICIAL NAS FREGUESIAS DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E DE VILA NOVA DE CACELA.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Rodrigues, no sentido de ser aprovada a atribuição da numeração policial nos arruamentos das freguesias de Vila Real de Santo António e Vila Nova de Cacela, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

8  
—  
A  
A

## PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO MARIA AUGUSTA DA ENCARNAÇÃO LEAL.

O Sr. Vereador José Cruz disse que a Câmara Municipal deve efetuar um seguro novo que cubra estes pequenos problemas que acontecem com muita regularidade, para que não seja sempre a Câmara Municipal a suportar as despesas com as indemnizações. Mencionou que deve ser estudada a possibilidade de o novo seguro cobrir o tipo de indemnizações que usualmente são submetidas à aprovação do Órgão Executivo.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido de ser autorizado o pedido de indemnização apresentado por Maria Augusta da Encarnação Leal, no valor das faturas apresentadas, no total de cento e noventa e sete euros e oitenta e três cêntimos (197,83 €), documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

## PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Não se registaram intervenções.



ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: - E nada mais havendo a tratar, foi pela Senhora Vice-presidente declarada encerrada a reunião, pelas nove horas e trinta e cinco minutos.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, FRANCISCO JOSÉ LEIRIA SABINO, Chefe da Divisão de Atividades Económicas a redigi, subscrevo e assino.

Maria de Amélia Almeida

Francisco José Leiria Sabino